


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 24 de agosto de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1003842-30.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
Requerente: Marcos Antonio da Silva  
Requerido: Pernambucanas Financiadora S/A Crédito Financiamento e Investimento - Pernambucanas

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

MARCOS ANTONIO DA SILVA, qualificado nos autos, promove contra PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO a presente ação ordinária alegando, em resumo, que recebeu cobranças indevidas da requerida; que teve seu nome inscrito junto ao SCPC; qua não efetuou compras junto à requerida; que tentou resolver a questão amigavelmente, mas não obteve êxito; que os débitos devem ser declarados inexigíveis; que sofreu danos morais. Pede a procedência da ação para esses fins.

Às págs. 39/40 foi concedida tutela para determinar que a requerida retirasse o nome do autor do órgão de proteção ao crédito, sob pena de pagamento de multa diária.

A requerida contestou a ação aduzindo que o autor é

**1003842-30.2018.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

seu cliente; que realizou diversas transações utilizando-se do "Cartão Pernambucanas"; que em 19 de junho de 2017, após a verificação de dados e documentos, o autor obteve um crédito no valor que menciona; que agiu no exercício regular do direito; que o autor não efetuou o pagamento e por essa razão teve seu nome inscrito junto ao órgão de restrição ao crédito; que o autor não sofreu danos morais; que pode ter sido vítima de terceiro de má-fé. Pediu a improcedência da ação (págs. 44/52).

O autor manifestou-se sobre a contestação (págs. 70/74).

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

A pretensão inicial é procedente.

Com efeito, não há prova da existência de vínculo contratual entre o autor e a requerida.

O ônus da prova à requerida pertencia, mas nada comprovou. Os documentos anexados aos autos não bastam para esse fim.

As demais justificativas oferecidas na contestação em nada favorecem a requerida, pois lhe cumpria verificar com segurança a existência do vínculo contratual antes de efetuar cobranças em nome do autor, bem como de cadastrá-lo junto aos órgãos de restrição ao crédito.

Acrescente-se, ainda, que pelo simples exame do documento de pág. 17 verifica-se que a foto e a assinatura do suposto cliente são diferentes daquelas existentes no documento de pág. 63 apresentado pela requerida.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

No mais, os efeitos do procedimento da requerida encontram-se narrados no pedido inicial, e não demandam quaisquer outras provas eis que de forma inequívoca se constata o abalo sofrido pelo autor em função da restrição indevida.

Justa, portanto, a pretensão como, aliás, prevê o artigo 5º, inciso X da Constituição Federal, e a Súmula 227 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, restando examinar o "quantum" da indenização.

Esse valor deve ser fixado em vinte salários mínimos, proporcionando a autora satisfação na justa medida do abalo sofrido, afastando-se o enriquecimento sem causa, eis que não se vislumbra má-fé no procedimento da requerida.

Diante do exposto, julgo procedente a ação para tornando definitiva a tutela deferida às págs. 39/40 determinar o cancelamento da restrição de págs. 21 e declarar a inexistência do débito ali lançados, condenando, ainda, a requerida no pagamento da importância equivalente a vinte salários mínimos nesta data vigentes no País, acrescida de juros de mora desde a citação, correção monetária a partir desta data (Súmula 362 S.T.J.).

Arcará, ainda, a requerida com o pagamento das custas processuais, e honorários de advogado de quinze por cento sobre o valor final da condenação.

Intime-se.

Araraquara, 24 de agosto de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA